Jornal Nacional, um ator político em cena

https://doi.org/10.62551/2595-4539.2023.487

Priscila Martins Dionizio[1]

SANTANA, Eliara. ***Jornal Nacional*, um ator político em cena:** do *impeachment* de Dilma Rousseff à eleição de Jair Bolsonaro: as bases da construção da narrativa jornalística que legitimou processos políticos na recente história brasileira. Andradina, SP: Meraki, 2022.

Jornal Nacional*, um ator político em cena: do* impeachment *de Dilma Rousseff à eleição de Jair Bolsonaro* é uma publicação fruto da tese de doutorado de Eliara Santana, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Letras e Língua Portuguesa da PUC Minas. Trata-se de um trabalho construído na perspectiva da análise crítica do discurso, que busca explorar, compreender e explicitar as estratégias discursivas empreendidas pelo telejornal de maior audiência no País, para noticiar e legitimar o processo que conduziu ao rompimento democrático, consolidado em 2016, com a deposição da presidenta Dilma Rousseff (PT).

Compreendendo que, em 2013, a partir das Jornadas de Junho, uma crise política e institucional que afasta o País da normalidade democrática começa a se esboçar, se estendendo até a eleição de Jair Bolsonaro (PL), a autora analisa mais de mil edições do *Jornal Nacional* (*JN*), entre 2013 e o fim de 2019, e organiza essas edições em sete momentos histórico-discursivos, assim caracterizados:

1 Doutora em Ciência Política e mestra em Comunicação e Sociabilidade Contemporânea pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Jornalista na TV da Assembleia de Minas. Currículo: http://lattes.cnpq.br/7583665641144192. Contato: priscila.martins@almg.gov.br.

Quadro 1 – Momentos discursivos

Momento discursivo 1	Jornadas de Junho (2013)
Momento discursivo 2	Eleições presidenciais de 2014
Momento discursivo 3	Pós-eleições de Dilma Rousseff até aprovação do pedido de *impeachment* pelo senado (2015)
Momento discursivo 4	Votação do *impeachment* no Congresso e afastamento de Dilma Rousseff pelo Senado; Temer como interino
Momento discursivo 5	Afastamento definitivo de Dilma Rousseff e posse de Michel Temer (2016)
Momento discursivo 6	Governo Michel Temer até Eleições de 2018
Momento discursivo 7	Primeiro ano do governo Jair Bolsonaro

Fonte: Santana (2022, p. 56).

Momentos discursivos seriam determinados períodos temporais em que construções discursivas pretendidas por um enunciador/ator político se tornam dominantes no debate público, organizadas por repertórios de sentidos estrategicamente pensados e colocados em disputa. Para a autora, os dois grandes repertórios que organizam a produção discursiva dos acontecimentos nesses sete momentos de nossa história recente são o da *corrupção nunca antes vista* e o de *uma crise econômica sem precedentes*.

Corrupção e crise econômica se constituem, assim, nos principais elementos temáticos acionados para dizer o que estava acontecendo no País, para noticiar os principais fatos do dia relacionados à economia e política; são "substratos que compõem uma linha argumentativa ou retórica" (SANTANA, 2022, p. 85) do *JN* e que condicionam a discussão produzida pelo jornal e o debate público mais amplo. Na cobertura televisiva das Jornadas de Junho, por exemplo, a ideia de que é preciso mudar "tudo o que está aí" é sustentada pelo repertório da corrupção; nas eleições de 2014, a corrupção, principalmente na Petrobras, é retratada como traço dos governos do PT. Já depois da reeleição da presidenta Dilma Rousseff, é o repertório da crise econômica

que sobressai: não importa que o Brasil tenha saído do mapa da fome, ou que o desemprego tenha atingido seu menor índice histórico, o que se reforçam são os altos gastos do governo federal e uma economia que corre perigo. Corrupção e crise econômica (pedaladas fiscais, necessidade de reformas previdenciária, trabalhista, fiscal) sustentam, inclusive, as justificativas de parlamentares que apoiam o *impeachment*. Com o impedimento da democracia (SANTOS, 2017) e no transcorrer do governo substituto de Michel Temer (MDB), a corrupção perde centralidade e as ideias de reforma e ajuste fiscal se colocam como antídotos à crise – tom que se estende até o primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro (então PSL, hoje PL).

A autora demonstra que esses repertórios operam em conjunto com determinadas estratégias discursivas, quais sejam as de enquadramento, silenciamento e escolha de viés. Trabalhando a partir de Emediato (2008), ela considera o enquadramento como um processo de recorte e organização de elementos que orienta o olhar e a compreensão do interlocutor. O quadro circunscreve a apresentação de "objetos de discurso de uma maneira em lugar de outra" (EMEDIATO, 2008 *apud* SANTANA, 2022, p. 48). A operação de enquadrar do *JN* se desenvolve em sintonia com a escolha do viés do jornal, que diz respeito ao seu conjunto de modos de dizer – palavras, expressões, códigos linguísticos. Por fim, a partir do silenciamento, o jornal também comunica, reforçando os repertórios de crise econômica e corrupção, ao escolher não ressaltar aspectos positivos relacionados à economia e à política nacionais ou ao impedir a emergência de discursos divergentes. Silenciar, aqui, se trata menos do ato de calar um *outro* e mais de uma política intencional e estruturada de apagamento e exclusão de sentidos, impedindo que esse *outro* sustente *outro* discurso.

Ao agirem em conjunto, repertórios e estratégias discursivas criam um padrão narrativo, um jeito específico de noticiar do *Jornal Nacional*. Santana compreende que o processo de narrar do *JN* é investido sempre de intencionalidade, tratando-se de uma ação estratégica que omite suas operações de linguagem subjacentes. Nesse sentido, as características destacadas como estruturantes das notícias do *JN* são:

- a-historicidade: as notícias são tratadas como fatos isolados sem ligação histórica, sendo o tempo presente a referência principal;
- estereotipagem traduzida em formas de nomear os problemas e acontecimentos, conferindo a eles determinado valor simbólico: Petrolão e Rachadinha são bons exemplos dessa nominalização estereotipada;
- transformação de evidências em fatos: ao noticiar denúncias de corrupção que ainda estão sendo investigadas, o jornal as toma como dados consolidados e cria causalidades infundadas; e
- publicização, sem controvérsias, de atos relacionados ao Judiciário, ao Ministério Público e à Polícia Federal, tomando fala de procuradores, ministros e juízes como inquestionáveis.

Não se trata, portanto, de um jeito aleatório de noticiar e narrar, mas de uma operação linguageira conjunta que gera legitimidade para os repertórios discursivos (de corrupção e crise econômica) e para os efeitos de real propostos pelo jornal. Santana nos diz que o discurso de informação produzido pelo *JN* chancela um conjunto de valores e normas que dão suporte ao processo político que se desenrola no País. A narrativa produzida pelo *JN* é um "projeto argumentativo cuja função é construir um processo de convencimento do público em relação a determinadas questões, determinados cenários sociopolíticos, a partir do projeto de dizer de um enunciador" (SANTANA, 2022, p. 69).

De modo mais amplo, a autora chama nossa atenção para a dimensão não técnica e não transparente do discurso da informação e para o fato de os meios de comunicação corporativos[2] se constituírem em poderosos instrumentos de poder simbólico que trabalham para produzir consensos e domínio por consen-

2 Entende-se por meios de comunicação corporativos as organizações de mídia que concentram a propriedade de vários veículos de rádio, canais de TV, jornais, portais e revistas, tais como Grupo Globo, Folha, Bandeirantes, família Macedo.

timento. Com dados do Media Ownership Monitor[3], Santana expõe o cenário pouco diverso da ecologia midiática brasileira, em que: os principais grupos de mídia concentram grande parte da audiência; a propriedade cruzada dos meios de comunicação não é restrita legalmente; os grupos religiosos detêm um grande número de veículos abertos; veículos do Sul e do Sudeste arregimentam audiências com retransmissoras em todas as regiões do País; deputados e senadores são donos de veículos de mídia, apesar de tal prática ser vedada pela Constituição Federal; e a distribuição da publicidade governamental não é feita de maneira transparente nem obedece m a um marco legal.

Apesar de o consumo de informações e notícias nas redes sociais ultrapassar o consumo televisivo, em primeira mão, no Brasil[4], nos últimos anos, a TV continua sendo um meio que alcança mais da metade da população e que é apropriado de forma difusa nas redes. Mesmo que você não assista TV, no seu dia a dia, vai topar com fragmentos de vídeos, reportagens e entrevistas em mídias digitais e redes sociais. Num contexto de hibridismo de novas e velhas mídias, Chadwick (2017) destaca que, sobretudo quando se trata de informações ligadas à política, a televisão é ainda dominante para o público, nos Estados Unidos, por exemplo. Nessa perspectiva, não há em que discor-

3 "O Media Ownership Monitor (MOM) foi criado para servir de ferramenta a mapeamentos que gerem uma base de dados acessível publicamente e atualizada constantemente sobre os proprietários dos meios de comunicação relevantes de um país (mídia impressa, rádio, televisão e online)". Disponível em: https://brazil.mom-gmr.org/br/.

4 O relatório do Instituto Reuters de 2022 mostra que, no Brasil, 64% das pessoas entrevistadas afirmam utilizar as redes sociais para se informar, enquanto 55% das pessoas afirmam que buscam notícias pela televisão. Digital News Report 2022. Disponível em: https://tinyurl.com/yxpxe76y . Se considerarmos que a taxa de penetração da internet no País é da ordem de 71% a 75% nos últimos anos e que a pesquisa do instituto é feita virtualmente, o consumo televisivo talvez seja mais expressivo do que o relatório aponta. Uma das balizas do nosso campo e mercado informacional era a Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM), realizada anualmente pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e elaborada por meio da aplicação de questionários face a face em todos os estados brasileiros, no interior e nas capitais. A PBM, contudo, foi interrompida no governo substituto de Temer. Se retomada, agora no governo Lula, poderá nos oferecer um cenário mais concreto sobre o consumo televisivo no País.

dar de Santana, quando argumenta a favor da importância de estudar o *Jornal Nacional*, entendendo-o como sujeito-agente relevante em nosso cenário sociopolítico e em nossa economia informacional. Para a autora, essa relevância é aumentada quando se observa uma cadeia de reciprocidade entre o *JN* e atores políticos de proeminência pública ligados ao sistema judiciário[5] e a grupos econômicos dominantes na fabricação de consensos – relação íntima que justificou publicamente e ajudou a conduzir o controverso impedimento da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, a prisão infundada do presidente Lula, em 2018, e a eleição de Jair Bolsonaro em 2019.

Como antídoto a esse problema de uma ecologia midiática pouco diversa e grandes grupos de comunicação agindo de maneira interessada política e economicamente na esfera pública brasileira, Santana oferece o caminho do letramento midiático, que, em linhas gerais, diz respeito à aquisição da tecnologia do ler e escrever a informação. A autora aposta na implementação de instrumentais educativos, em escolas e projetos sociais, que estimulem uma análise crítica dos meios de comunicação, permitindo que crianças e jovens analisem, avaliem e criem informação, a partir de domínio técnico. Compreendendo que o País padece de uma grave desordem informacional que envolve a produção de conteúdos e notícias deliberadamente falsas, criadas com intenção de prejudicar pessoas ou organizações sociais e políticas, não sendo a desinformação, portanto, um acidente de percurso, Santana argumenta que:

> [...] o desenvolvimento de um projeto sistemático de *media literacy* no Brasil é de grande relevância para o bem-estar social do país, sobretudo em vista do recente processo eleitoral e da eleição de um governo de extrema direita com viés autoritário. No mundo contemporâneo, o excesso de informação que atualmente recebemos não se relaciona diretamente com a qualidade dessa informação, o que desempenha um papel decisivo na determinação de nossas escolhas e ações incluindo nossa ca-

5 A autora trata com mais detalhes da relação entre JN e a Lava-Jato, contestada operação da Polícia Federal aberta para investigar esquemas de corrupção dentro da empresa estatal Petrobras, operação que conferiu notoriedade ao ex-juiz Sérgio Moro, hoje senador.

> pacidade de autodeterminação e de defesa de liberdades fundamentais. Sem informação de qualidade, a sociedade fica à mercê de processos não democráticos e de estruturas totalitárias. (SANTANA, 2022, p. 177)

De nossa parte, pensamos que iniciativas que trabalhem o letramento midiático devem ser alinhavadas a outras duas frentes: a regulação da propriedade dos meios de comunicação no País, coibindo monopólios e oligopólios, incentivando o pluralismo midiático e o desenvolvimento de mídias públicas e populares, e a fiscalização e responsabilização de plataformas e empresas de mídia pela divulgação ou permissão de circulação de notícias falsas com aberta intenção de prejudicar. Se, nas últimas décadas, o maior problema comunicacional do Brasil era o arranjo institucional de seus meios, com sua tônica privatista e concentrada, hoje, soma-se a ele uma engrenagem paralela de desinformação, que subsiste em portais de extrema direita e redes como o Facebook, o WhatsApp ou o Telegram, devido ao pouco comprometimento dessas plataformas na inibição de distribuição de conteúdo falso e incitante à desestabilização política.

Em janeiro deste ano, o novo governo Lula criou a Secretaria de Políticas Digitais[6], vinculada à Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom), com o objetivo de formular e implementar políticas públicas para a promoção do acesso à informação e para o enfrentamento aos discursos de ódio e desinformação na internet. A secretaria conta também com um Departamento de Promoção da Liberdade de Expressão e outro de Direitos na Rede e Educação Midiática. Com o compromisso de que fiscalizar não pode ser confundido com censurar as redes, o secretário de Políticas Digitais, João Brant, abre o ano encampando o debate pela mudança na legislação para a responsabilização mais dura de plataformas que lucram com a veiculação de conteúdos falsos. Exemplo recente é mostrado pelo NetLab, Laboratório de Estudos de Internet e Mídias Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que, ao monitorar a empresa Meta (dona do Facebook, do Instagram e do WhatsApp), verificou que

6 Secretaria de Políticas Digitais – Estrutura Organizacional. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/composicao/secretaria-de-politicas-digitais.

ela permitiu a livre veiculação de dezenas de *posts* patrocinados com teor golpista, incitando os atos de 8 de janeiro, em Brasília. De acordo o NetLab, isso mostra "que os esforços declarados da Meta para a remoção de conteúdo antidemocrático e de ataque às instituições e ao processo eleitoral brasileiro foram insuficientes no período pós-eleitoral"[7]. João Brant afirma[8] que o novo governo aposta em uma solução múltipla, envolvendo a revisão da legislação atual, discussões coletivas a respeito do fortalecimento do jornalismo profissional no País, iniciativas de educação midiática e de proteção dos direitos de uso, acesso e expressão nas redes sociais digitais.

Se, nos próximos anos, não fortalecermos o tripé do pluralismo de mídia, combate às notícias falsas e educação midiática, correremos o risco de enfrentar novas ondas de instabilidade e rompimento democrático no País – ao que esperamos não assistir atônitas e impotentes mais uma vez.

1 – Referências

CHADWICK, Andrew. **Hybrid Media System**: Politics and Power. 2nd. ed. New York: Oxford University Press, 2017.

LARA, G. M. P.; MACHADO, I. L.; EMEDIATO, W. (orgs.). **Análises do discurso hoje**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira: Lucerna, 2008. v. 1. 284 p.

SANTANA, Eliara. ***Jornal Nacional*, um ator político em cena:** do *impeachment* de Dilma Rousseff à eleição de Jair Bolsonaro: as bases da construção da narrativa jornalística que legitimou processos políticos na recente história brasileira. Andradina, SP: Meraki, 2022.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida**: o Brasil no séc. XXI. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

7 Anúncios golpistas na biblioteca da Meta: novembro de 2022 a janeiro de 2023. NetLab/UFRJ. Disponível em: https://tinyurl.com/4j6b68ut.

8 Entrevista de João Brant, Secretário de Políticas Digitais, à revista Carta Capital, concedida em 10 de fevereiro de 2023. Disponível em: https://tinyurl.com/yckd785s.